

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Os signatários tiveram conhecimento de que ontem, no período da manhã, uma ambulância dos Bombeiros Voluntários de Cabo Ruivo entrou no acesso principal do CHLN-Hospital Santa Maria, sendo notório que no seu interior seguia um operador de câmara profissional que procedia à captação de imagens.

A situação foi detetada pelo vigilante da entrada, que procedeu à comunicação dos factos a quem de direito, tendo este tentado, ainda que em vão, sensibilizar o condutor da dita viatura para que a imobilizasse. No entanto, além de não ter parado a viatura, o condutor apressou ainda mais a sua marcha, obrigando o vigilante a desviar-se, sob pena de correr risco.

Foi de imediato pedida a colaboração da PSP presente no local, ordem essa também não acatada pelo condutor da ambulância, que se pôs em fuga.

A identificação do condutor da ambulância terá sido feita com auxílio policial. Ao que pudemos apurar, terão sido elementos da RTP a alugar a ambulância e o indivíduo que recolhia as imagens seria um operador da RTP.

Pela sua gravidade, esta situação exige um esclarecimento, quer sobre a sua veracidade, quer sobre os termos em que terá ocorrido.

**Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito a S. Ex<sup>a</sup> O Presidente da Assembleia da República que remeta ao Governo a seguinte pergunta para que o Ministério da Cultura possa prestar os seguintes esclarecimentos:**

1. Confirma a veracidade dos factos acima relatados?
2. Confirma que os elementos envolvidos nesta invasão do espaço do Hospital de Santa Maria com câmara de televisão não autorizada pertencem à RTP?
3. Em caso afirmativo, considera adequado que o serviço público de Televisão Portuguesa obtenha imagens de forma dissimulada, não autorizada e, no seu decurso, desafie a autoridade, com a agravante de os factos terem decorrido numa instituição pública de saúde frequentada diariamente por milhares de pessoas?
4. Caso se confirmem os factos acima relatados, quais as medidas que tenciona desencadear como consequência e como prevenção futura?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 11 de Novembro de 2016

Deputado(a)s

EURÍDICE PEREIRA(PS)

GABRIELA CANAVILHAS(PS)

EDITE ESTRELA(PS)

LUÍSA SALGUEIRO(PS)

MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS(PS)